E1 SUBHOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

E1 SUBHOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações das individuais e consolidadas mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Tel.: + 55 85 3244 1221
Fax: + 55 85 3244 2480
www.bdo.com.br

Av. Desembargador Moreira, 2120,
Sala 707/708, Aldeota, Fortaleza, CE
Brasil 60170-001

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
E1 Subholding S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da E1 Subholding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da E1 Subholding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

BDO RCS Auditores Independentes., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 24 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 CE 001465/F-4

André Custódio Nogueira
Contador CRC 1 PR 057107/O-2 – S – CE

E1 SUBHOLDING S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9	14	3.504	2.704
Contas a receber	5	-	-	3.287	1.637
Impostos a recuperar	6	23	23	853	617
Adiantamentos a fornecedores		-	-	5	2
		32	37	7.649	4.960
Não circulante					
Partes relacionadas	7	-	2.120	50	2.120
Investimentos	8	155.218	153.584	-	-
Direito de uso	9	-	-	5.159	8.250
Imobilizado	10	-	-	162.875	166.653
Intangível		-	-	20	-
		155.218	155.704	168.104	177.023
Total do ativo		155.250	155.741	175.753	181.983

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	11	-	1	18.466	16.804
Debêntures	12	26.913	25.455	26.913	25.455
Obrigações por arrendamentos	9	-	-	266	631
Obrigações tributárias	13	-	1	303	625
Parcelamentos tributários		-	-	28	-
Adiantamentos de clientes		-	-	920	-
		26.913	25.457	46.896	43.515
Não circulante					
Debêntures	12	100.696	114.165	100.696	114.165
Obrigações por arrendamentos	9	-	-	4.893	7.619
Parcelamentos tributários		-	-	64	-
Partes relacionadas	7	5.028	15	591	580
		105.724	114.180	106.244	122.364
Patrimônio líquido					
Capital social	15	90.154	69.404	90.154	69.404
Prejuízos acumulados		(67.541)	(53.300)	(67.541)	(53.300)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		22.613	16.104	22.613	16.104
Total do passivo e patrimônio líquido		155.250	155.741	175.753	181.983

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	16	-	-	17.356	10.824
(-) Custos	17	-	-	(16.159)	(12.627)
(Prejuízo)/lucro bruto		-	-	1.197	(1.803)
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	17	(95)	(64)	(812)	(1.048)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(354)	(3.554)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas		(1)	-	(421)	(488)
Resultado operacional		(450)	(3.618)	(36)	(3.339)
Receitas financeiras	18	-	19	45	26
Despesas financeiras	18	(13.785)	(14.340)	(13.831)	(14.395)
Resultado financeiro, líquido	18	(13.785)	(14.321)	(13.786)	(14.369)
Resultado antes dos impostos sobre a renda		(14.235)	(17.939)	(13.822)	(17.708)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(413)	(231)
Prejuízo do exercício		(14.235)	(17.939)	(14.235)	(17.939)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(14.235)	(17.939)	(14.235)	(17.939)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(14.235)	(17.939)	(14.235)	(17.939)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.255	(38.107)	-	(29.852)
Aumento de capital	61.149	-	-	61.149
Prejuízo do exercício	-	-	(17.939)	(17.939)
Destinação do prejuízo do exercício	-	(17.939)	17.939	-
Outras mutações no patrimônio líquido	-	2.746	-	2.746
Saldos em 31 de dezembro de 2023	69.404	(53.300)	-	16.104
Aumento de capital (Nota nº 15)	20.750	-	-	20.750
Prejuízo do exercício	-	-	(14.235)	(14.235)
Destinação do resultado do exercício	-	(14.235)	14.235	-
Efeito de ajustes em controladas	-	(6)	-	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.154	(67.541)	-	22.613

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E1 SUBHOLDING S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(14.235)	(17.939)	(14.235)	(17.939)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Depreciação	-	-	4.679	5.854
Outras mutações no patrimônio líquido	-	2.746	-	2.746
Equivalência patrimonial	354	3.554	-	-
Juros sobre debêntures	13.784	14.334	13.783	14.334
Lucro líquido ajustado	(97)	2.695	4.227	4.995
Variação das contas de ativo e passivo				
Contas a receber	-	-	(1.650)	(1.568)
Impostos a recuperar	-	(14)	(236)	(605)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(3)	(2)
Fornecedores	(1)	-	1.662	(807)
Obrigações tributárias	(1)	1	(322)	(106)
Adiantamentos de clientes	-	-	914	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(99)	2.682	4.592	1.907
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aplicações/resgates de títulos e valores mobiliários, líquidos	-	1.619	-	1.619
Aporte de capital em controladas	(1.994)	(149.182)	-	-
Aquisição de intangível	-	-	(20)	-
Aquisição de bens do imobilizado	-	-	(901)	(308)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas. Líquidos	2.120	123.682	2.070	41.924
Caixa líquido das atividades de investimentos	126	(23.881)	1.149	43.235
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	20.750	61.149	20.750	61.149
Parcelamentos tributários, líquidos	-	-	92	-
Debêntures, líquidas	(25.795)	(27.928)	(25.794)	(27.928)
Empréstimos com partes relacionadas, líquidos	5.013	(12.040)	11	(76.821)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(32)	21.181	(4.941)	(43.600)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(18)	800	1.542
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	32	2.704	1.162
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	14	3.504	2.704
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(18)	800	1.542

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A E1 Subholding S.A. (a "Companhia" ou, em conjunto com suas controladas, o "Grupo"), com sede na Rua Desembargador Lauro Nogueira, nº 1.500, Sala 1105, Papicu, Fortaleza, Ceará, CEP 60176-065, tem como objetivo social, a participação societária em outras sociedades de participações, exceto *holdings*.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital circulante líquido negativo, totalizando R$ 26.881 e R$ 39.247, controladora e consolidado, respectivamente. Todavia, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que quaisquer necessidades de caixa de curto prazo sejam sanadas. Adicionalmente, os acionistas possuem a intenção e a capacidade financeira de honrar com quaisquer compromissos de curto prazo, não existindo qualquer risco de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2025.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

2024		
Controladas	Controle	Participação em %
UFV E2 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%
UFV E1 3 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%
UFV E1 4 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%
UFV E1 6 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%
UFV E1 7 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as Empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle, deixa de existir.

Saldos e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação – ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (*impairment*) – ativos financeiros e ativos contratuais

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Contas a receber de clientes

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

O critério utilizado pela Companhia e suas controladas para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento.

2.7. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.8. Outros créditos

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.9. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e suas controladas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Também compreendem custos do ativo imobilizado, os custos relacionados com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas estipuladas pela Administração. A Companhia acompanha o valor residual e vida útil dos ativos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais", na demonstração do resultado.

2.10. Direito de uso

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados em direito de uso pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de terrenos com vida útil definida de 15 a 30 anos. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Além disso, são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo quando aplicável mediante a geração de lucros pela Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.16. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

2.17. Reconhecimento da receita

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:

1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e suas controladas se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

Taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre principalmente das aplicações financeiras e emissão de debêntures.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros e entende, apesar dos valores serem significativos, que o risco é reduzido em função de tais debêntures serem amortizadas periodicamente.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função do histórico de adimplência.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é acompanhado diariamente, de modo a garantir que a geração de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. Os principais passivos da Companhia e suas controladas é o mútuo com partes relacionas, debêntures.

3.2. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo amortizado				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	9	14	3.504	2.704
Contas a receber	-	-	3.287	1.637
Partes relacionadas	-	2.120	50	2.120

	2024	2023	2024	2023
Outros passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	-	1	18.466	16.804
Debêntures	127.609	139.620	127.609	139.620
Obrigações por arrendamentos	-	-	5.159	8.250
Adiantamentos de clientes	-	-	920	-
Partes relacionadas	5.028	15	591	580

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	-	-	5	5
Conta corrente	-	-	2	4
Aplicações financeiras	9	14	3.497	2.695
	9	14	3.504	2.704

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros se referem substancialmente a instrumentos de renda fixa.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes terceiros	-	-	3.287	1.637
	-	-	3.287	1.637

As contas a receber referem-se principalmente a locação de usinas de energias renováveis a terceiros.

As controladas da Companhia, substancialmente, entraram efetivamente em operação no exercício de 2023, em virtude disso, e pelo histórico de adimplência dos seus clientes, a Companhia entende que em 31 de dezembro de 2024 não é aplicável o reconhecimento de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	3	2	4	3
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	20	21	625	445
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	191	159
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	-	2	2
Outros impostos a recuperar	-	-	31	8
	23	23	853	617

7. Partes relacionadas

Composição

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Partes relacionadas ativas				
E1 Energias Renováveis S.A.	-	2.120	-	2.120
UFV Ipiranga Ltda.	-	-	48	-
E1 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos 5 Ltda.	-	-	2	-
	-	2.120	50	2.120

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Partes relacionadas passivas				
E1 Energias Renováveis S.A.	580	-	580	-
Edson Queiroz Neto	-	-	-	580
UFV RJ I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-		11	-
UFV E1 3 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	2.831		-	-
UFV E1 4 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	-	6	-	-
UFV E1 7 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	-	8	-	-
UFV E2 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	1.617	1	-	-
	5.028	15	591	580

Outras transações

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras transações com partes relacionadas				
Fornecedores partes relacionadas	-	-	-	16.319

8. Investimentos

	Controladora	
	2024	2023
Composição dos investimentos		
Mantidos pelo método de equivalência patrimonial	155.218	153.584
	155.218	153.584

	Controladora			
	Controle	Participação (%)	2024	2023
Mantidos pelo método de equivalência patrimonial				
UFV E2 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100,00%	44.976	43.829
UFV E1 3 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100,00%	65.118	65.678
UFV E1 4 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100,00%	4.947	4.463
UFV E1 6 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100,00%	26.808	26.520
UFV E1 7 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100,00%	13.369	13.094
			155.218	153.584

	Controladora	
	2024	2023
Movimentação dos investimentos		
Saldo inicial em 1 de janeiro	153.584	9.418
Aporte de capital	1.994	149.182
Efeito de ajustes em controladas	(6)	(1.462)
Equivalência patrimonial	(354)	(3.554)
Saldo inicial em 31 de dezembro	155.218	153.584

Outras informações das controladas da Companhia:

	2024					
Controladas	Controle	Participação em %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
UFV E2 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%	46.770	1.794	44.976	567
UFV E1 3 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%	79.277	14.159	65.118	(553)
UFV E1 4 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%	10.974	6.026	4.948	(78)
UFV E1 6 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%	27.654	847	26.807	(334)
UFV E1 7 Energias Renováveis e Aluguel de Equipamentos Ltda.	Direto	100%	15.494	2.125	13.369	44

9. Direito de uso e obrigações por arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Direito de uso				
Terrenos	-	-	5.159	8.250
	-	-	5.159	8.250

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações por arrendamentos				
Terrenos	-	-	5.159	8.250
	-	-	5.159	8.250

Arrendamento mercantil de terrenos para desenvolvimento dos projetos solares, com prazo de vencimento entre 15 e 30 anos.

10. Imobilizado

		Consolidado	
	Taxa média de depreciação a.a.	2024	2023
Usinas	4%	124.517	102.668
Veículos	20%	-	61
Computadores e periféricos	20%	3	3
Máquinas e equipamentos	10%	128	78
Móveis e utensílios	10%	26	26
Imobilizado em andamento		36.219	57.122
Adiantamentos a fornecedores		13.617	13.651
(-) Depreciação acumulada		(11.635)	(6.956)
Total líquido do imobilizado		162.875	166.653

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de máquinas, materiais e serviços	-	1	18.466	485
Fornecedores partes relacionadas	-	-	-	16.319
	-	1	18.466	16.804

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam valores representativos em atraso e não há dependência exclusiva no fornecimento de quaisquer materiais ou serviços.

12. Debêntures

							Consolidado	
Debenturista	Emissora	Emissão	Vencimento	Série	Quantidade de debêntures	Juros a.a.	2024	2023
Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	E1 Subholding S.A.	15/03/2021	15/03/2030	Única (i)	150.000	5,40% + IPCA	127.609	139.620
							127.609	139.620
					Circulante		26.913	25.455
					Não circulante		100.696	114.165

A emissão ocorreu em 15 de março de 2021. Trata-se da 1a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com esforços restritos de distribuição pública, realizada com base na Instrução CVM no 476/09, da E1 Subholding S.A., subsidiária da E1 Energias Renováveis S.A. Foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R$ 1, resultando no montante total de R$ 150.000. A remuneração é de IPCA + 5,40% ao ano e o vencimento ocorrerá em 15 de março de 2030. Os recursos foram destinados ao reembolso de gastos e despesas relacionadas ao desenvolvimento de 55 (cinquenta e cinco) usinas de geração de energia solar distribuída, localizadas em 26 estados do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia avaliou e concluiu que não há quebra de qualquer cláusula de vencimento antecipado do contrato mencionado acima.

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	1	2
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	15	162
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	8	58
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	1	99	218
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	-	-	48	58
ISS - Imposto Sobre Serviços	-	-	93	61
PIS - Programa de Integração Social	-	-	22	47
Outras obrigações tributárias	-	-	17	19
	-	1	303	625

14. Provisões para contingências

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais e em experiências anteriores, julgou que não há provisões para contingências classificadas como perdas prováveis para serem reconhecidas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível.

15. Capital social

O capital social da Companhia é de R$ R$ 90.154 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 60.404 em 31 de dezembro de 2023), aportado pelo acionista:

			Controladora	
Acionistas	Participação %	Quantidade de Ações em 2024 (unidade)	2024	2023
E1 Energias Renováveis S.A.	100%	90.153.938	90.154	69.404
	100%	90.153.938	90.154	69.404

Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou aumento de capital social no montante de R$ 20.750, correspondente a 20.749.473 (vinte milhões, setecentas e quarenta e nove mil e quatrocentas e setenta e três) ações.

16. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta		
Locação de bens	18.877	12.004
Serviço de operação e manutenção das usinas locadas	2.965	43
	21.842	12.047
(-) Deduções da receita		
ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	(148)	(2)
PIS - Programa de Integração Social	(306)	(197)
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	(1.408)	(907)
Devoluções e cancelamentos	(2.624)	(117)
	(4.486)	(1.223)
Receita operacional líquida	17.356	10.824

17. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias	-	-	(13)	-
Depreciação	-	-	(4.679)	(5.854)
Fretes e carretos	-	-	(48)	(7)
Manutenção e reparos	-	-	(1.545)	(1.385)
Conservação e limpeza	-	-	(388)	(947)
Material de consumo	-	-	(53)	(5)
Taxas e emolumentos	(1)	(1)	(191)	(100)
Seguros	-	-	-	(277)
Energia elétrica e gás	-	-	(4.347)	(321)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	(833)	(735)
Aluguéis	-	-	(97)	-
Serviços de terceiros	(94)	(63)	(767)	(1.120)
Informática	-	-	(45)	(45)
Segurança	-	-	(3.090)	(2.567)
Internet	-	-	(716)	(50)
Outras despesas e custos	-	-	(159)	(262)
	(95)	(64)	(16.971)	(13.675)
(-) Custos	-	-	(16.159)	(12.627)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(95)	(64)	(812)	(1.048)
	(95)	(64)	(16.971)	(13.675)

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Juros ativos	-	-	-	3
Variação monetária ativa	-	-	37	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	20	10	24
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	-	(1)	(2)	(1)
	-	19	45	26
Despesas				
Juros e multas de mora	(1)	-	(19)	(33)
Despesas bancárias	-	-	(14)	(9)
Juros sobre debêntures	(13.784)	(14.334)	(13.783)	(14.334)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(6)	-	(5)
Atualizações monetárias passivas	-	-	(15)	(14)
	(13.785)	(14.340)	(13.831)	(14.395)
Resultado financeiro líquido	(13.785)	(14.321)	(13.786)	(14.369)

19. Eventos subsequentes

Não ocorreram fatos relevantes entre a data final do exercício e a data de aprovação da emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.